



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

CAROLINE DA CRUZ CONCEIÇÃO

ENTENDENDO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
CARTILHA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Cachoeira
2017

CAROLINE DA CRUZ CONCEIÇÃO

**ENTENDENDO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
CARTILHA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Nota Técnica do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof(a). Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas.

Cachoeira
2017

CAROLINE DA CRUZ CONCEIÇÃO

ENTENDENDO AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CARTILHA SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Nota Técnica do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 12 de setembro de 2017.

Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Daniela Abreu Matos

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Olívia Maria Costa Silveira

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Prefeitura Municipal de Pojuca

Dedico este trabalho ao meu pai, o homem da minha vida, o meu exemplo! Aquele que cultivou em mim o fascínio pelo conhecimento, e que me fez acreditar na possibilidade de construir o meu próprio caminho, através da aprendizagem. Apesar de não estar mais entre nós, perpetuarei a sua memória para sempre em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me permitido concluir mais essa etapa em minha vida, pelas bênçãos que me fez alcançar e por todo conforto dado ao meu ser.

À minha mãe, o meu porto seguro, o meu exemplo de mulher. Não tenho palavras que possam expressar toda a sua importância para a minha vida, só posso agradecer por todo apoio, amor, carinho e dedicação durante essa caminhada, e em todos os momentos de nossas vidas.

À minha irmã, Graciele Cruz, por ser muito mais que uma irmã, por ser a minha companheira de todas as horas. Agradeço por todo o seu apoio e incentivo, e por está ao meu lado nas batalhas do dia a dia, juntamente com a nossa mãe, me fazendo mais forte.

Aos meus familiares e amigos, por todas as palavras de amor e incentivo, não me deixando desanimar nos momentos mais difíceis. Meu muito obrigada por toda a contribuição valiosa.

Aos meus colegas de curso Elivandson Ribeiro, Gislana Lelis, Ismar Jones, Uesclei Reis e Vinícius Ribeiro, e a toda a minha turma 2013.1, por terem proporcionado os melhores anos da minha vida acadêmica.

À Ismar Jones, especialmente, por ser muito mais que um amigo, por ser o meu irmão de coração. Obrigado por todo o companheirismo durante esses anos.

À minha orientadora, Lys Vinhaes, por toda paciência, dedicação e competência. Só posso agradecer por todos os ensinamentos, acompanhados de muita leveza e alegria. Suas palavras de incentivo e motivação foram fundamentais para conclusão dessa etapa. Obrigada por tudo.

À todos os professores do corpo docente do curso de Gestão Pública, obrigada por todos esses anos de ensinamentos, não só na vida acadêmica, mas também como ser humano. Só posso agradecer por toda dedicação.

À minha banca avaliadora por ter aceitado contribuir para o meu aprendizado neste momento tão importante.

À Secretaria Municipal de Educação e ao Conselho Municipal de Educação de Muritiba, pelo acolhimento e tempo prestado em prol deste trabalho.

À todos, que direta ou indiretamente, contribuíram para que o desenvolvimento deste trabalho fosse possível. O meu muito obrigada.

CONCEIÇÃO, Caroline da Cruz. Entendendo Avaliação de Políticas Públicas: Cartilha sobre Avaliação de Políticas Públicas Municipais. 32 páginas. 2017. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

RESUMO

Houve nos últimos anos, um aumento significativo no número de políticas públicas implementadas em todo o Brasil, nas mais diversas áreas, mas principalmente, na área social. Devido a isso, tornou-se imprescindível o monitoramento e a avaliação do processo de implementação da política pública e o alcance dos resultados pretendidos. Este trabalho teve como objetivo o aprimoramento de uma cartilha, desenvolvida anteriormente na disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, que pudesse orientar os gestores e os técnicos-administrativos da gestão municipal, do município de Muritiba, sobre o processo de avaliação e monitoramento de políticas sociais. Como método para o aprimoramento do produto, além da revisão de textos e aprofundamento da fundamentação teórica, foi aplicado um questionário com os técnicos-administrativos da Secretaria Municipal de Educação e com os integrantes do Conselho Municipal de Educação, de Muritiba, para ajustes de linguagem e *layout*. Além do aprimoramento da cartilha, foi desenvolvido um orçamento para a confecção do material, especificações técnicas para procedimento licitatório e encomendado e obtido um plano de divulgação para a cartilha.

Palavras-chaves: Avaliação de Políticas Públicas; Desenvolvimento de Cartilha; Gestão Pública Municipal.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil dos respondentes do questionário	p. 18
Quadro 2	Orçamento de gráficas para impressão da cartilha	p. 26
Quadro 3	Comparativo de relatos de experiências sobre elaboração de cartilhas	p. 31

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	9
II.	JUSTIFICATIVA	11
III.	OBJETIVOS	13
IV.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
V.	MÉTODO	17
VI.	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	21
	VI.I. Formato da Cartilha	21
	VI.II. Plano de Divulgação	21
	VI.III. Processo Licitatório	23
VII.	ORÇAMENTO	26
VIII.	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO	29
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	30
	ANEXO A	31

I. INTRODUÇÃO

O Estado desempenha diversas funções na sociedade. Entre elas, tem como função a ação de intervenção na realidade social. Essa ação corresponde a um processo político, como também administrativo, para a resolução de problemas, demandas e interesses da sociedade. Com o aumento do tamanho do Estado, tendo ampliado o seu desempenho, não somente econômico, mas agora também social, as políticas públicas começam a ganhar maiores espaços nas discussões referentes à administração pública. No Brasil, as políticas públicas se destacaram, a partir da transição entre o período ditatorial e o democrático, na década de 1980. Nesta transição a preocupação deslocou-se de foco, não estando voltada para o modelo desenvolvimentista brasileiro, que foi executado em todo regime ditatorial, mas, agora, para a área social.

Devido a esse fato, houve nos últimos anos, um aumento significativo no número de políticas públicas implementadas em todo o Brasil, nas mais diversas áreas, mas principalmente, na área social. Com o aumento da implementação de políticas públicas nesta área, se fez cada vez mais necessário o acompanhamento do processo de implementação de políticas e de constatação dos resultados atingidos, possibilitando avaliar, assim, a sua eficácia.

A avaliação e monitoramento se tornaram obrigatórios no processo de implementação e desenvolvimento da política pública, sendo utilizados para apresentar os resultados atingidos e o seu sucesso, e assim saber se foi viável a sua aplicação e se possui características positivas para a sua continuação, ou mesmo utilização do seu modelo em outras políticas. Hoje, mesmo com políticas públicas desenvolvidas no âmbito federal, muitos municípios brasileiros têm como responsabilidade a sua implementação. Apesar dessa responsabilidade desempenhada pelos municípios, há uma dificuldade em encontrar profissionais qualificados em avaliação e monitoramento, nesse âmbito. Por esses fatores, a avaliação acabou se tornando apenas mais uma etapa burocrática a ser cumprida, não desempenhando o seu papel como instrumento de gestão e transparência.

Com isso, são acarretados diversos problemas para a evolução da política e consecução dos resultados pretendidos. Devido a isso, o desenvolvimento desse produto consistiu em aprimorar uma cartilha, já desenvolvida anteriormente em equipe durante o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública (CSTGP), que possa orientar os gestores e

os técnicos-administrativos da gestão municipal, e integrantes de Conselhos Municipais, dos municípios de pequeno e médio porte do interior da Bahia, sobre o processo de avaliação e monitoramento de políticas sociais. Esta cartilha busca auxiliar a solucionar as dificuldades enfrentadas por esses atores, a fim de ser utilizada como ferramenta, e de maneira eficaz, pelas secretarias municipais, inicialmente em Muritiba, e posteriormente por todo o interior da Bahia.

Essa Cartilha foi inicialmente desenvolvida na disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais, para cumprimento das atividades avaliativas, e posteriormente aprimorada como um trabalho de conclusão de curso na modalidade Produto. Esse produto buscou esclarecer diversas dúvidas relacionadas ao processo de avaliação e apresentar a importância desse instrumento para a consecução dos resultados esperados. Buscou-se também, junto a elaboração da cartilha, elaborar um orçamento para a sua confecção, a especificação técnica básica para reger processos licitatórios para contratação de gráfica, além da apresentação de um plano de divulgação para o produto. Nesta nota técnica, buscou-se apresentar todo o processo de desenvolvimento e elaboração da cartilha, da sua confecção textual até as possibilidades de produção/utilização desse produto.

II. JUSTIFICATIVA

Os municípios localizados no interior brasileiro apresentam dificuldades em contar com profissionais capacitados nas áreas que são compreendidas pela gestão pública, em suas administrações municipais. Por outro lado, diversas ferramentas de gestão e transparência só são executadas devido a sua obrigatoriedade burocrática, não apresentando sua função principal de utilização. Uma das ferramentas que ainda sofrem com esse tipo de utilização é a avaliação e o monitoramento de políticas, programas e projetos sociais. Ainda hoje, a avaliação de políticas públicas não cumpre o seu papel como ferramenta crucial para o bom andamento do planejamento e execução de uma política, principalmente, em pequenos municípios do interior da Bahia. De acordo com Cotta, isso ocorre:

Em parte devido a complexidade inerente às metodologias de avaliação, em parte devido ao desinteresse dos *policy makers* e à desconfiança dos responsáveis pelos programas, têm-se deixado de lado um poderoso instrumento gerencial, capaz de subsidiar o processo decisório e de lançar luz sobre a lógica das intervenções na realidade social. (COTTA, 1998, p.103)

A avaliação de políticas públicas ainda não está totalmente compreendida na rotina administrativa municipal, pois para a sua execução é necessário um arcabouço metodológico que venha atender à função avaliativa. É necessário demandar conhecimento sobre todo o processo avaliativo, desde a elaboração do seu projeto até as abordagens necessárias para julgar a efetividade da política. Todos esses fatores são vistos, em grande parte, como dispendiosos pelos gestores municipais, que enxergam a avaliação como algo irrelevante para a formulação e para a implementação da política pública.

Apesar da necessidade de se ter uma base sólida de conhecimento, e outros recursos (capital financeiro, humano, etc.) necessários para a sua execução, a avaliação produzida de forma planejada e sistemática, demonstra um nível grande de aproveitamento quando relacionada aos recursos utilizados para o seu empreendimento. Ainda de acordo com Cotta:

Em suma, a avaliação desempenha um papel central no esforço da racionalização dos programas e projetos sociais. A ausência de controles e de metodologias de avaliação geralmente leva a um gasto social ineficiente e, conseqüentemente, ao desperdício dos recursos disponíveis. (COTTA, 1998, p.107)

Os administradores têm como desafio o direcionamento racional dos recursos disponíveis para a sua utilização. Por isso, a avaliação tem como função, auxiliar também

nesse direcionamento, evitando a má utilização desses recursos. Além disso, a avaliação propicia a transparência nas informações relacionadas à utilização dos recursos públicos, que é de suma importância em uma sociedade democrática e organizada.

A partir desse fato, este trabalho, que consiste no aprimoramento de uma cartilha, busca enfrentar as dificuldades vivenciadas pelos gestores e técnicos-administrativos municipais, ao propor o desenvolvimento de uma avaliação que auxilie no gerenciamento e nos processos decisórios. Para o seu aprimoramento, a cartilha original (desenvolvida na disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais), foi analisada pelo gestor e os técnicos-administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Educação e os integrantes do Conselho Municipal de Educação, do município de Muritiba.

A Secretaria Municipal de Educação tem em seu quadro efetivo vinte e quatro técnicos-administrativos, além da secretária, divididos em doze setores, sendo alguns deles, Programas e Projetos, Coordenação, Assessoria, Educação Especial, entre outros. O Conselho Municipal possui vinte conselheiros, sendo dez titulares e dez suplentes. Este Conselho é composto por pais de alunos, professores, representantes do poder público municipal e estadual, representantes de instituição de ensino privado, representantes de associações esportivas e recreativas e por estudantes pertencentes à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Apesar da sua destinação estar, inicialmente, voltada para um local específico, a intenção deste trabalho é possibilitar a sua utilização nos mais diversos setores e órgãos públicos municipais. Busca-se evidenciar aqui, através de um produto que foi previamente criado, a relevância existente em torno dos mecanismos de monitoramento e avaliação, fazendo com que esse procedimento passe a ser visto como habitual na consecução das atividades organizacionais.

III. OBJETIVOS

Este trabalho teve como objetivo principal aprimorar a cartilha Entendendo Avaliação de Políticas Públicas, desenvolvida anteriormente na disciplina Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais, que possa orientar os gestores e os técnicos-administrativos da gestão municipal, como também os integrantes de Conselhos Municipais, dos municípios de pequeno e grande porte do interior da Bahia, sobre o processo de avaliação e monitoramento de políticas sociais.

Os objetivos específicos deste trabalho foram: a) contribuir para solucionar dificuldades enfrentadas pelos gestores e técnicos-administrativos municipais e integrantes de Conselhos Municipais, a fim de ser utilizada como ferramenta, de maneira eficaz; b) esclarecer dúvidas relacionadas ao processo de avaliação de políticas públicas; e por fim, c) apresentar a importância desse processo para a consecução dos resultados esperados por esses Órgãos.

IV. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento e aprimoramento do texto da cartilha, produto deste trabalho, foram utilizados três conteúdos para a formação do seu arcabouço teórico, sendo eles: políticas públicas, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento de cartilhas. Este último, através de artigos com relatos de experiência, e os dois iniciais através de textos e artigos que abordam os temas selecionados.

Para entender e pôr em prática a avaliação, é necessário compreender o seu objeto de análise, a política pública. Buscou-se na cartilha, antes mesmo de iniciar a conceitualização de avaliação, apresentar sucintamente o conceito de política pública e algumas de suas características. Segundo Secchi (2013, p. 02), política pública “é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Por isso, foi apresentada na cartilha a política pública como um mecanismo de ação importante para a consecução de direitos e enfretamento, ou mesmo resolução, de problemas apresentados na sociedade. Ainda segundo Secchi:

Política pública é um conceito abstrato que se materializa por meio de instrumentos variados. Para aqueles que acreditam em espírito, é como dizer que a política pública é uma alma, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Políticas públicas tomam forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, [...] entre outros. (SECCHI, 2013, p. 11)

Para que se possa compreender a política pública, é necessário conhecer a sua forma instrumentalizada de ação. Devido a esse fato, foi apresentado no texto da cartilha, utilizando o texto de Armani (2001), a conceitualização de projetos sociais, sendo esta a forma mais operacionalizada da política pública, pois é nesta ação que se encontra a execução do planejamento no que diz respeito aos objetivos e resultados a serem atingidos.

O segundo tema abordado, como base teórica para a construção deste produto, foi a avaliação de políticas públicas. A avaliação de políticas públicas ganhou maior destaque devido à relevância dessas políticas para o cenário político brasileiro. Segundo Anderson (1979 *apud* SECCHI, 2013, p.49), a avaliação de políticas públicas “é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”. Por esse motivo, a avaliação se tornou um componente importante como estágio do ciclo das políticas públicas, pois exerce a função de encontrar falhas existentes nas políticas, para que possa ser feita a sua devida correção, como também, apresentar o sucesso dessas ações.

Para Derlin (2001 *apud* TREVISAN & BELLEN, 2008, p.537), a avaliação tem como atribuição três funções básicas, a saber: a informação, a realocação e a legitimação. A função de informação tem, como característica, servir como um mecanismo de *feedback* para os gestores, em busca de melhorias para essas políticas. A função de realocação busca promover uma alocação racional de recursos no interior da política pública. Por último, a função de legitimação tem, como principal foco, apresentar a validade daquela ação executada, explicitando fatores político-econômico específicos, que legitimem a política. Contudo, existem ainda os diversos tipos de programas e projetos e suas características específicas, havendo a necessidade de escolher uma avaliação que melhor se adeque as suas especificidades, conforme afirma Cotta:

Há programas e projetos que visam suprir necessidades agudas e temporárias, outros que pretendem enfrentar problemas duradouros, e outros que almejam prevenir problemas futuros e/ou desenvolver o potencial humano. As intervenções podem ser ainda nacionais, regionais ou locais (focalizadas). É evidente que as especificidades de cada intervenção influenciam a escolha da metodologia de avaliação mais adequada. (COTTA, 1998, p. 105)

Embasado neste fato levantado por Cotta, a cartilha trouxe, além do conceito de avaliação, alguns dos seus tipos e possibilidades de utilização, dependendo da função a que se destina a avaliação e as características da política que será avaliada. Com isso, foram listadas avaliações quanto ao momento em que será realizada e quem a realizará, possibilitando, assim, selecionar a avaliação que mais se encaixa a política pública implementada. Para que se pudesse complementar o entendimento de utilização da avaliação, abordou-se no texto da cartilha o Marco Lógico, metodologia discutida por Maria das Graças Rua, e Indicadores Sociais, instrumentos amplamente difundidos por Paulo de Martino Jannuzzi.

Para servir de orientação para o aprimoramento do produto, foi necessário sintetizar o conceito de cartilha e a sua metodologia de elaboração. Para isso, foram analisados quatro relatos de experiências sobre a elaboração de cartilhas, nas áreas de educação ambiental, autocuidado diabetes, autocuidado doença arterial e agricultura familiar. De acordo com Alexandre *et al.* (2009, p. 313) a cartilha deve servir “como guia de orientações para casos de dúvidas e auxiliando nas tomadas de decisões do cotidiano”. Com isso, pôde-se entender que a cartilha tem como papel ser informativo, de caráter sucinto e prático, contendo discussão do assunto que se pretende abordar e que possa, desse modo, complementar temas que foram abordados anteriormente. De acordo com o relato de experiência de Amâncio *et al.* (2012,

p.3), as cartilhas são materiais que “possam vir a ser utilizadas enquanto material de estudo, consulta e acompanhamento do conteúdo”, servindo assim como um produto técnico-didático que possibilite o acesso a um conteúdo específico. Albuquerque *et al.* (2016) destacam a importância da coleta de percepção do público-alvo para a qualidade do produto desenvolvido:

Por fim, uma “validação do que foi elaborado” deve ter lugar. Trata-se de realizar um pré-teste com os [sujeitos] a fim de aferir a percepção dos mesmos sobre o que foi produzido. A partir da reação dos mesmos, é possível realizar adequações ou modificações, permitindo obter um produto final que seja o mais eficaz possível. (Albuquerque *et al.*, 2016)

Para que de fato, o produto seja utilizado pelo público ao qual se destina o material, é necessário permitir que estes sujeitos possam demonstrar a concepção que tiveram sobre o conteúdo, a fim de fornecer sugestões para o melhoramento deste produto.

A análise dos diversos métodos de elaboração de cartilhas, através de relatos de experiência, possibilitou ser confeccionado um quadro comparativo que permitisse fazer um diálogo entre os textos, e que possibilitasse, assim, conceituar o material desenvolvido neste trabalho. Este quadro comparativo encontra-se no ANEXO A, deste trabalho. Após esse comparativo, definiu-se cartilha, especificamente para este trabalho, como sendo um material informativo/educativo, didático instrucional, que exerce o papel de guia de orientações para os casos de dúvidas. Tem como características auxiliar nas tomadas de decisão do cotidiano e contribuir para a apreensão dos conteúdos abordados. Deve possuir vocabulário coerente com o público-alvo, convidativo, de fácil leitura e entendimento. Além disso, deve conter ilustrações que atraiam o leitor, despertem o interesse pela leitura e auxiliem na compreensão do texto. A avaliação do material didático-instrucional pelo público-alvo como metodologia de elaboração e aprimoramento do produto, tem importância relevante para este trabalho, pois desse modo permite verificar a percepção destes sujeitos sobre o que foi produzido previamente, aproximando o produto da sua realidade.

V. MÉTODO

Como rotina metodológica, esse trabalho buscou cumprir etapas previstas para que se pudesse chegar ao produto final aprimorado, de modo que tivesse características necessárias para a sua boa utilização.

Inicialmente, buscou-se bibliografia sobre elaboração de cartilhas. Para isso, foi realizado um estudo sobre cartilhas existentes e seus métodos de elaboração, através da análise de textos com relatos de experiência. Para essa análise, foram selecionados quatro relatos de experiência, com cartilhas desenvolvidas nas áreas de educação ambiental, autocuidado diabetes, autocuidado doença arterial e agricultura familiar. Foram comparados, entre os relatos, o conceito de cartilha apresentado, a sua metodologia de elaboração, características e objetivos das cartilhas desenvolvidas e linguagem utilizada para a sua confecção. Para possibilitar esse comparativo entre os relatos, foi feito um quadro (que se encontra no ANEXO A). Essa análise possibilitou fazer a utilização de um conceito de cartilha que se adequasse a este trabalho.

Após este primeiro momento, foi revisitada a bibliografia referente a políticas públicas e a avaliação de políticas públicas, para que se pudesse fazer uma revisão inicial do conteúdo presente no produto. Além das referências já utilizadas para a sua confecção, durante a disciplina Monitoramento e Avaliação cursada, foram adicionados textos que abordam os procedimentos metodológicos de avaliação, como também os seus desafios, para que houvesse maior proximidade da cartilha com a prática de avaliação de políticas públicas.

Para que possibilitasse extrair a opinião do público-alvo, foi elaborado um questionário (que se encontra no APÊNDICE B, juntamente com o termo de consentimento, no APÊNDICE A), com sete questões, que trazia como questionamento a impressão que este público tinha a respeito da cartilha pré-desenvolvida. As questões abordavam quesitos, sendo estes, se o leitor achava atraente a cartilha, entendimento da linguagem utilizada no seu texto, necessidade de acréscimos textuais, a utilidade desta cartilha, como também se houve dificuldade de utilização e o que poderia ser melhorado para que ela pudesse ser realmente útil a Secretaria. O questionário foi respondido por doze técnicos-administrativos da Secretaria Municipal de Educação, e dez integrantes do Conselho Municipal de Educação, durante o período de realização do Estágio Obrigatório Supervisionado em Gestão Pública II, entre 20/03/2017 e 05/04/2017. Primeiro foi entregue o material da cartilha impresso, para os

respondentes que se disponibilizaram a participar da pesquisa, que obtiveram acesso a todo seu conteúdo, e posteriormente foi aplicado o questionário de análise do produto. Logo abaixo, no quadro 1, encontra-se o perfil dos respondentes deste questionário, quanto ao setor e/ou função, sexo, raça/cor/etnia e escolaridade destes indivíduos. Estas informações foram coletadas junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, do município de Muritiba.

Quadro 1 – Perfil dos respondentes do questionário.

RESPONDENTE	LOCAL	SETOR/FUNÇÃO	SEXO	RAÇA/COR /ETNIA	ESCOLARIDADE
Respondente 1	Secretaria de Educação	Pedagógico	Feminino	Preta	Superior Completo
Respondente 2	Secretaria de Educação	Recursos Humanos	Masculino	Preta	Superior Completo
Respondente 3	Secretaria de Educação	Captação de Recursos	Masculino	Branca	Superior Completo
Respondente 4	Secretaria de Educação	Programas e Projetos	Feminino	Preta	Superior Completo
Respondente 5	Secretaria de Educação	Educação Especial	Feminino	Parda	Superior Completo
Respondente 6	Secretaria de Educação	Coordenação de Gestão	Feminino	Branca	Superior Completo
Respondente 7	Secretaria de Educação	Estatística	Masculino	Preta	Médio Completo - Magistério
Respondente 8	Secretaria de Educação	Comunicação	Masculino	Branca	Superior Incompleto
Respondente 9	Secretaria de Educação	Pedagógico	Feminino	Preta	Superior Completo
Respondente 10	Secretaria de Educação	Pedagógico	Feminino	Parda	Superior Completo
Respondente 11	Secretaria de	Programas e Projetos	Feminino	Preta	Superior Completo

	Educação				
Respondente 12	Secretaria de Educação	Programas e Projetos	Feminino	Preta	Médio Completo - Magistério
Respondente 13	Conselho de Educação	Titular	Feminino	Parda	Superior Completo
Respondente 14	Conselho de Educação	Titular	Feminino	Preta	Superior Completo
Respondente 15	Conselho de Educação	Titular	Feminino	Preta	Médio Incompleto
Respondente 16	Conselho de Educação	Suplente	Masculino	Parda	Médio Incompleto
Respondente 17	Conselho de Educação	Titular	Masculino	Parda	Superior Incompleto
Respondente 18	Conselho de Educação	Titular	Masculino	Branca	Superior Completo
Respondente 19	Conselho de Educação	Suplente	Masculino	Branca	Fundamental Completo
Respondente 20	Conselho de Educação	Titular	Masculino	Parda	Médio Completo
Respondente 21	Conselho de Educação	Titular	Feminino	Preta	Médio Completo
Respondente 22	Conselho de Educação	Titular	Feminino	Parda	Médio Completo

A partir da análise das respostas obtidas no questionário, foram feitas modificações que possibilitaram o refinamento do produto e a sua aproximação com a realidade vivenciada por esses respondentes. Pelas informações obtidas, pôde-se aprimorar não somente o conteúdo utilizado no texto, como também, a parte gráfica da cartilha, principalmente, a fonte utilizada nas letras e as cores apresentadas na cartilha inicial.

Para as modificações gráficas do produto, buscou-se um profissional da área de editoração e designer, e estudante do curso de Cinema da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o profissional Flávio Reis, com a pretensão de fazer ajustes que se aproximassem ao que o público-alvo levantou como alterações necessárias para a sua eficiente utilização. Além dessa editoração, o profissional e estudante de Cinema formulou

um plano de divulgação (que se encontra no tópico 6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS), e que se adequasse ao formato do produto aprimorado e ao público-alvo a quem se destina. Vale ressaltar que, na prática profissional, cabe ao gestor público identificar profissionais que possam assessorá-lo em temas atinentes a outras áreas como, neste caso, a editoração da cartilha e sua posterior divulgação.

O próximo passo foi pesquisar preços em gráficas, para formação de um orçamento. Inicialmente tinha como proposta realizar a pesquisa de orçamentação em gráficas localizadas nos municípios de Muritiba, Governador Mangabeira e Cruz das Almas, todas localizadas no Recôncavo Baiano. Porém, as que foram pesquisadas não faziam impressão deste tipo de material. Devido a isso, foi necessário buscar gráficas nos municípios de Feira de Santana e Salvador. Em cada município foram pesquisadas duas empresas, totalizando quatro gráficas. A partir da apuração dos preços cobrados por cada gráfica pesquisada, foi feito um quadro comparativo entre essas quatro gráficas, apresentando valores de impressão unitária do exemplar, possibilitando saber, inicialmente, o quanto de recursos financeiros serão necessários para a sua impressão, em utilização futura.

Por fim, buscou-se bibliografia referente à Licitações e Contratos Administrativos (BRASIL, 2010), para apresentação de procedimento licitatório, necessário para a contratação de gráfica. Para melhor entendimento do conteúdo, foram apresentados os conceitos de Licitação, como também de modalidade Pregão e do tipo Menor Preço, necessários para condução do processo licitatório e julgamento da melhor proposta.

Alguns desafios foram enfrentados durante o processo de aprimoramento da cartilha. A principal limitação encontrada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu na mudança de gestão municipal em Muritiba. Devido a este fato, tornou-se necessária a alteração da Secretaria escolhida como alvo da pesquisa, sendo esta, inicialmente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, passando a ser a Secretaria Municipal de Educação. Essa mudança foi necessária, pois não se teve acesso ao público-alvo para aplicação da pesquisa, sendo possível na segunda Secretaria mencionada, proveniente do período de estágio executado neste Órgão. Outra limitação enfrentada, diz respeito a devolutiva do questionário, devidamente respondido, pela Secretária Municipal de Educação e a sua Assessora. Devido à alguns desencontros de agenda e atividades da Secretária e da Assessora em relação a execução do Estágio Obrigatório, se fez necessário a substituição desses respondentes por outros dois técnicos-administrativos da Secretaria.

VI. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

VI.I. Formato da Cartilha

A cartilha proposta foi confeccionada em formato de configuração “retrato”. O tamanho da página é de A4 (21,0cm x 29,7cm). O seu conteúdo está distribuído em trinta páginas e possui um esquema de cores nas tonalidades azul, vermelho, laranja e preto. A fonte utilizada para as letras do texto foi a Calibri, de tamanho 18 pontos para os títulos, 14 pontos para os subtítulos e 12 pontos para o corpo do texto. A linguagem utilizada para o material foi a escrita e ilustrações. A categoria de impresso utilizada foi tipo revista, apropriado para impressão de textos de cunho informativo, normalmente destinadas a um público específico.

O papel utilizado para impressão da capa foi o Couchê de gramatura 215g, e para o miolo foi utilizado o Couchê Fosco de gramatura 75g, pois tem um efeito mais agradável ao leitor. Foi escolhido o tipo padrão de encadernação, sendo alceado, grampeado e dobra automática. Este processo tem menor preço, em relação à outras encadernações, a exemplo do processo de costura. A escolha deste tipo de encadernação possibilitou uma diminuição no custo da confecção da cartilha.

VI.II. Plano de Divulgação

Para a elaboração do plano de divulgação da cartilha, buscou-se o auxílio de um profissional capacitado na área, sendo o mesmo profissional que realizou a editoração gráfica do produto. O plano de divulgação foi produzido por Flávio Reis, estudante do curso de Cinema da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O intuito deste plano é tornar o produto desenvolvido em um material que possa ser realmente utilizado pelo seu público-alvo, demonstrando a sua atratividade e eficácia de aplicação.

Plano de Divulgação da Cartilha - Entendo Avaliação de Políticas Públicas: Cartilha sobre Avaliação de Políticas Públicas Municipais

Flávio Reis

A divulgação de um produto ou serviço faz parte do escopo de comunicação de marketing, conhecido pelos profissionais de marketing como composto promocional. Segundo Philip Kotler, autor do livro *Princípios de Marketing*, a comunicação é um sistema que envolve feedback do receptor ao emissor, para comprovar que não houve ruído no

processo. O ruído pode ser descrito como não entendimento claro (seja parcial ou total) da mensagem enviada ao receptor.

Logo, o foco num público-alvo, com adequação de linguagem, reduz significativamente o ruído na comunicação mercadológica, seja ela com intuito de vender um produto ou fixar uma ideia não comercial. O público-alvo pretendido são os técnicos-administrativos municipais, além dos Conselhos Municipais, dos municípios de pequeno e médio porte do interior da Bahia, estes interessados em desenvolver novos processos educacionais.

Tendo como base um orçamento necessário para a distribuição das cartilhas, a divulgação mercadológica será focada nas redes sociais, através de um contrato com um assessor de mídias sociais, fixado em seis meses, no qual não haverá vínculo empregatício ou ônus ligados a tal modalidade de trabalho. É importante contratar um profissional autônomo e experiente, para que não haja debate em torno de temas não pertinentes ao mote da campanha, ou seja, para que não haja desvio para assuntos que não contribuam para o entendimento da cartilha. O profissional criará e desenvolverá os conteúdos dos perfis e páginas nas redes sociais, mas só o publicará mediante aprovação dos responsáveis pelo projeto.

A ideia é formular uma campanha com apelo emocional (para que haja publicidade espontânea via rede sociais) mesmo com utilização de uma palheta de cores em tons de azul, reforçando a seriedade do projeto frente a urgência em se definir novos padrões nos processos administrativos institucionais.

Para ter acesso ao conteúdo em arquivo PDF, os interessados precisarão fazer um cadastro na página do projeto, tendo assim acesso ao *download* do arquivo e à grupos de discussão online. Já para a retirada da cópia impressa da cartilha, o interessado deverá comparecer na sede da Secretaria Municipal de Educação, do seu município, para que seja feito um cadastro de um grupo de discussão referente ao conteúdo da cartilha e eficácia da implementação das técnicas por ela apresentada, evitando que a cartilha seja apenas um pedaço de papel sem função prática, e distribuído de forma aleatória. Entender-se-á como sucesso da campanha quando em dez meses houver vinte membros ativos no grupo de discussão online e doze membros no grupo de discussão presencial, de cada município, e proposição de atualização da cartilha em dois anos.

VI.III. Processo Licitatório

Para que a Administração Pública possa contratar serviços e fazer compra de bens com terceiros, é necessário efetuar um processo licitatório. Para isso, é preciso abrir um edital de licitação que convoque a apresentação de propostas para a prestação de serviços e venda de bens, por empresas interessadas em concorrer a licitação. Esse processo é regulamentado pela Lei nº 8.666/1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no que diz respeito a compras, obras, serviços, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a licitação:

Objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e a possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes. (BRASIL, 2010, p. 19)

Para que possibilite a participação do maior número de empresas possíveis, é imprescindível que este processo seja executado de modo transparente, possibilitando o conhecimento de todo o trâmite, desde a sua abertura até a convocação da empresa selecionada. Em alguns casos, pode ocorrer a dispensa ou a inexigibilidade da licitação, porém na maioria das situações, é indispensável a sua utilização.

Para a condução do procedimento licitatório, a licitação possui quatro modalidades principais, sendo elas: Concorrência, Tomada de Preços, Convite e Pregão. A modalidade Pregão é bastante utilizada, devido a sua característica em simplificar procedimentos, que geralmente possuem formalidades e rigorismos desnecessários, respeitando o princípio da Celeridade, que objetiva propiciar maior rapidez na conclusão do processo. O Pregão foi instituído através da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sendo o presencial regulamentado pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e o eletrônico através do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Como afirma o TCU (BRASIL, 2010, p. 45), “Pregão destina-se exclusivamente à contratação de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação”. Ainda de acordo com o TCU:

Nas contratações para aquisição de bens e serviços comuns para entes públicos ou privados, realizadas com recursos públicos da União, repassados por meio de celebração de convênios ou instrumentos congêneres ou consórcios públicos será obrigatório o emprego da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica,

conforme estabelece o art. 4º, § 1º, do Decreto no 5.504, de 5 de agosto de 2005. (BRASIL, 2010, p. 19)

Devido a este fato, a modalidade Pregão, na forma eletrônica, foi selecionada para conduzir o processo de contratação de gráfica, para impressão de exemplares da cartilha. Para a realização de licitação nesta modalidade, é necessário escolher um responsável pela condução do procedimento, designado por servidores do respectivo órgão, ou mesmo pela instituição promotora da licitação. Este responsável é chamado de pregoeiro.

Além das modalidades, existem os tipos de licitação. Esta classificação é utilizada como critério de julgamento pela Administração Pública, para escolha da proposta mais vantajosa. Os tipos mais utilizados nos procedimentos licitatórios são: Menor Preço, Melhor Técnica, e Técnica e Preço. O tipo Menor Preço utiliza o critério de julgamento tendo como referência o menor preço ofertado. Esse tipo de licitação é escolhido para compra de bens e prestações de serviços. Segundo o TCU:

Menor preço não é justificativa para compra de produtos de baixa qualidade. Deve a Administração, em busca do melhor preço, verificar se as propostas estão de acordo com as especificações do ato convocatório, amostras ou protótipos exigidos. (BRASIL, 2010, p. 109)

Para que a proposta possa ser escolhida como realmente a mais vantajosa, é necessário que os licitantes sejam qualificados de acordo com o que prevê o ato licitatório. Contudo, o único critério que deve ser usado como julgamento da proposta é o menor preço ofertado. De acordo com estas características, o tipo Menor Preço foi selecionado para o procedimento licitatório específico deste trabalho.

Antes mesmo da escolha de modalidade e do tipo de licitação, é preciso averiguar se a despesa pretendida possui previsão orçamentária, e se esta, está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). É preciso também, fazer uma estimativa do preço total do objeto da licitação, através de pesquisa de mercado.

O objeto da licitação para esse procedimento licitatório consiste em: contratação de empresa especializada para impressão de material informativo/didático sobre avaliação de políticas públicas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, do município de Muritiba. É necessário apresentar proposta de valor e prazo de entrega do serviço solicitado. O serviço solicitado consiste na impressão de cartilha em formato de configuração “retrato”, tamanho da página A4 (21,0cm x 29,7cm), sendo seu conteúdo

distribuído em trinta páginas e com um esquema de quatro cores (azul, vermelho, laranja e preto). Impresso em estilo revista, o papel utilizado é o Couchê de gramatura 215g para capa e para o miolo o Couchê Fosco de gramatura 75g. Tipo padrão de encadernação, sendo alceado, grampeado e com dobra automática. Inicialmente, a impressão será de mil exemplares, disponibilizados para as secretarias e conselhos municipais dos municípios de pequeno e médio porte do interior da Bahia. O local de entrega do serviço solicitado é a Secretaria Municipal de Educação, de cada município, tendo o prazo de 15 dias para a sua entrega.

VII. ORÇAMENTO

Para formação de um orçamento inicial, foram pesquisados preços de impressão em quatro gráficas, distribuídos em dois municípios baianos. As gráficas pesquisadas neste trabalho estão localizadas nos municípios de Feira de Santana e Salvador, e em cada município foram pesquisadas duas empresas. A partir das informações coletadas com essas empresas, foi feito um quadro comparativo entre as quatro gráficas (conforme apresentado no quadro 2), apresentando valores de impressão unitária do exemplar, a quantidade de exemplares para a impressão e o valor total do serviço solicitado, possibilitando saber, inicialmente, o quanto de recursos financeiros serão necessários para a impressão da cartilha.

O serviço solicitado consiste na impressão de cartilha em formato de configuração “retrato”, tamanho da página A4 (21,0cm x 29,7cm), com conteúdo distribuído em trinta páginas e um esquema de quatro cores (azul, vermelho, laranja e preto). Impresso em estilo revista, o papel a ser utilizado é o Couchê de gramatura 215g para capa e para o miolo o Couchê Fosco de gramatura 75g. Tipo padrão de encadernação, sendo alceado, grampeado e com dobra automática. A impressão prevista é de mil exemplares.

Quadro 2 – Orçamento de gráficas para impressão da cartilha.

MUNICÍPIO	GRÁFICA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	QUANTIDADE	TOTAL (R\$)
Feira de Santana	Gráfica A	22,00	1.000	22.000,00
	Gráfica B	60,00	1.000	60.000,00
Salvador	Gráfica C	47,30	1.000	47.300,00
	Gráfica D	66,00	1.000	66.000,00

A partir da análise deste quadro, pode-se perceber uma pequena oscilação entre os valores unitários de impressão. De acordo com essa pesquisa inicial, o serviço mais vantajoso, quando considerado somente o preço unitário de impressão, seria a proposta da Gráfica A, localizada no município de Feira de Santana.

VIII. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cleber Gomes de. et al. **Metodologia para Elaboração de Cartilhas em Projetos de Educação Ambiental em Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0514-1.pdf>>. Acesso em: 03 de mar. 2016.

ALEXANDRE, Luciana Rodrigues. et al. O processo de elaboração de cartilhas para orientação do autocuidado no programa educativo em diabetes. **Rev Bras Enferm**. Brasília, 62(2): 312-6, mar/abr, 2009.

AMÂNCIO, Robson. et al. Elaboração de cartilhas técnicas-didáticas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar pelo Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia – NIA da UFRRJ. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236-7934 – Vol 7, No. 2, Dez 2012.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos?** Guia para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001 (Coleção Amencar).

ASSIS, Ana Maria Johnson de. et al. Estudo de avaliabilidade da rede de formação de Recursos Humanos da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. **CAD. SAÚDE COLET.**, 2010, Rio de Janeiro, 18 (4): 560-71.

BRASIL. **Entendendo o SUS**. Cartilha formulada pelo Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Guia de Atitude. **Reflexões e Práticas para o Monitoramento e a Ação Política**. Guia formulado pelas ONGs Cipó Comunicação Interativa e Rede Sou de Atitude, 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União**. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. 910 p.

CEPAL. **Manual de Formulação e Avaliação de Projetos Sociais**. Manual preparado por PROPOSAL para o Curso de Formulação, Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais - CEPAL/ OEA/ CENDEC, 1997.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. São Paulo, SP: Editora Vozes. pp.108-117, capítulo 6, 2000.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **RSP**, Brasília, 49(2): 103-124, abr/jun 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **RSP**, Brasília, 56(2): 137-160, abr/jun 2005.

KOTLER, Philip. **Princípios de Marketing**. 7. ed. – Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed., c1999.

LIMA, Maria Maciana de. MARQUES, Isaac Rosa. Elaboração de uma cartilha para orientação do autocuidado ao portador de Doença Arterial Coronariana. **Rev Enferm UNISA**. São Paulo, 10(1): 53-9, 2009.

MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/controlesocial>>. Acesso em 19 de abril de 2015.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **Stakeholders: do significado à classificação**. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>>. Acesso em 13 de ago. 2015.

PORTAL ADMINISTRAÇÃO. **Governança, Governabilidade e Accountability**. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2015/04/governanca-governabilidade-accountability.html>>. Acesso em 13 de ago. 2015.

RUA, Maria das Graças. **A Aplicação Prática do Marco Lógico**. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fAvaliacao_pratica_marco_logico.pdf>. Acesso em: 12 de ago. 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2ª Edição. 2013.

TREVISAN, Andrei Pittol. BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. RAP. FGV. Rio de Janeiro 42(3): 529-50, maio/junho. 2008.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (São Paulo). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). **Modelos de avaliação de programas sociais prioritários**. Relatório Final. Campinas, 1999. 133 p.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL
Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

Caro(a),

Convido-o a participar da pesquisa referente ao aprimoramento da Cartilha de Avaliação de Políticas Públicas Municipais, realizada como requisito para o cumprimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de Gestão Pública (UFRB), no semestre 2017.1. Este trabalho é desenvolvido pela estudante Caroline Cruz, e tem como orientadora a Prof^a Lys Vinhaes.

O objetivo da pesquisa é coletar dados para aperfeiçoar a Cartilha de Avaliação de Políticas Públicas Municipais, através da opinião do público-alvo, aproximando a cartilha da realidade vivenciada pelos gestores e técnicos-administrativos municipais.

Informamos que a pesquisa proposta contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual (anonimato, confiabilidade, participação voluntária) e que lhe é assegurado o direito de manifestar sua liberdade em concordância (ou não) de responder a este questionário.

Enfatizamos que se manterá o sigilo, assegurando sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos nesta pesquisa, sendo você livre para interromper a sua participação a qualquer momento, sem justificar sua decisão. Comprometemo-nos, também, que os conteúdos cedidos serão de uso exclusivo desta pesquisa, e que não haverá ônus financeiro por tal participação.

Estimamos que este questionário possa ser respondido em cerca de 05 a 10 minutos.

Por fim, agradecemos pela sua colaboração, ficamos a disposição para esclarecimentos.

Aceita participar desta pesquisa?

() Sim

() Não

Qual a sua função na Secretaria/Conselho?

Data: ____/____/____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

1. Você acha a cartilha atraente?

Sim

Não. Se a resposta for não, por quê?

2. Você conseguiu entender o texto/linguagem utilizados na cartilha?

Sim

Não. Se a resposta for não, por quê?

3. As imagens ajudaram na compreensão do texto da cartilha?

Sim

Não

4. Sentiu falta de algo no texto da cartilha?

Sim

Não

Se a resposta for sim, o que pode ser acrescentado?

5. Essa cartilha foi útil para você?

Sim

Não

6. Sentiu dificuldade em utilizar a cartilha?

Sim

Não

7. Para você, o que pode ser melhorado na cartilha para que ela seja útil em sua Secretaria/Conselho?

ANEXO A

Quadro 3 - Comparativo de relatos de experiências sobre elaboração de cartilhas.

CARTILHA	CARTILHA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CARTILHA AUTOCUIDADO DIABETES	CARTILHA AUTOCUIDADO DOENÇA ARTERIAL	CARTILHA AGRICULTURA FAMILIAR
CONCEITO	Qualquer compilação elementar que preceitue um padrão de comportamento por meio de ilustrações.	Material informativo/educativo; didático instrucional; guia de orientações para casos de dúvidas.	Material de formato impresso, disponibilizando informações adicionais; fonte de consulta.	Material de estudo, consulta e acompanhamento de conteúdo.
METODOLOGIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir o objetivo da cartilha; 2. Promover tempestade de ideias (brainstorming) sobre o assunto; 3. Definir qual será a mensagem principal e as mensagens específicas a serem transmitidas; 4. Registro fotográfico <i>in loco</i>: reproduções na cartilha o mais próximo possível da realidade; 5. “Definição das cenas”: situações-chave que permitam transmitir as mensagens específicas; 6. “Fala das personagens”: ação educativa engloba os processos de ensino e aprendizagem 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterização preliminar dos sujeitos do estudo: identificar o perfil dos sujeitos envolvidos; 2. Processo de construção das cartilhas educativas: elaborar proposta da cartilha e organizar encontros com o público-alvo, solicitar aos participantes para expressarem suas dúvidas. Coletar informações, organiza-las e sistematiza-las e elaborar as cartilhas com os resultados encontrados; 3. Grupos operativos e entrega do material educativo: organizar grupos operativos com os sujeitos, para entrega das cartilhas com o intuito de discutir e 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fase de modelagem conceitual: buscar na literatura as informações úteis para o tema em foco. Utilização de materiais já publicados como outros manuais, artigos científicos, livros e capítulos de livros, materiais eletrônicos disponíveis na web. Definição dos aspectos a serem abordados na cartilha (listar descritivamente o conteúdo da cartilha com linguagem formal). 2. Fase de desenvolvimento: os materiais apreciados por meio da leitura são escritos em linguagem informal 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caracterização do público-alvo: conteúdo previsto para o material contempla a demanda técnica, de acordo com o perfil do sujeito em estudo; 2. Construção da leitura: facilitar a abordagem dos temas a serem discutidos, transformando o universo técnico e científico acessível ao leitor. <p>Desafios: Elaboração do roteiro e apresentação gráfica de modo a compor um material informativo e atraente para o público; transformar</p>

	mediados pelo processo de comunicação; 7. “Validação do que foi elaborado”: pré-teste com o público-alvo, a fim de aferir a percepção dos mesmos sobre o que foi produzido.	fornecer sugestões para melhorar o material e facilitar a sua compreensão; 4. Avaliação do material didático-instrucional: aplicação de questionário com público-alvo.	para serem colocados na cartilha.	a comunicação e as técnicas específicas para uma abordagem coerente e didática.
CARACTERÍSTICAS	Focada em uma realidade específica; projeto coletivo, por meio de construção dialógica; instrumento educacional informal.	Auxiliar nas tomadas de decisões do cotidiano; cartilha educativa ilustrada com figuras.	Contribuir para a apreensão dos conteúdos previamente informados.	Facilitar troca de conhecimentos; materiais didáticos para facilitar o diálogo.
LINGUAGEM	Enredo simples e acessível (de fácil entendimento) ao público-alvo, refletindo o cotidiano da instituição e seus aspectos específicos; ilustrações de acordo com a realidade.	Mensagens que tenham vocabulário coerente com o público-alvo, convidativas, de fácil leitura e entendimento; importância da ilustração para atrair o leitor, despertar o interesse pela leitura e auxiliar na compreensão do texto.	Aspecto da linguagem adaptada para o melhor entendimento do público-alvo. Utilização de ilustrações para facilitar a compreensão do usuário-alvo ao qual se destina a cartilha.	Linguagem clara e apropriada, mescla também conteúdo ilustrado, utilizando-se personagens; abordagem simples, sintética e didática.